



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150529 - PA (2021/0223808-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : JOÃO PAULO GONÇALVES DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : HERMENEGILDO ANTÔNIO CRISPINO E OUTRO(S) -
PA001643
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOÃO PAULO GONÇALVES DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (Processo n. 0805604-10.2021.8.14.0000).

O recorrente foi preso em flagrante no dia 15/6/2021 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06, tendo sido sua prisão convertida em preventiva um dia após.

Sustenta carência de fundamentação idônea da decisão que decretou a segregação cautelar, falta dos requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal que autorizam a medida extrema e existência de predicados pessoais favoráveis ao recorrente.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem para deferir liberdade provisória ao recorrente. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente